

Fragments of conservative thought in Brazil in the 1940s: the case of Plínio Corrêa de Oliveira, Catholic Action and the foundation of the TFP¹

Luiz Felipe Loureiro Foresti²

Resumo:

A atuação de Plínio Corrêa de Oliveira no movimento católico brasileiro teve início nos últimos anos da década de 1920. A princípio articulado com a hierarquia eclesiástica, o seu percurso nas décadas seguintes foi testemunha de um progressivo afastamento, que se tornou patente ao longo da década de 1960 e que culminou em uma “declaração de resistência” contra a política do papa Paulo VI em abril de 1974. Embora esse período reservasse pequenas inflexões no pensamento pliniano, essa ruptura foi desencadeada muito mais em face das transformações ocorridas no seio da Igreja Católica e na sua forma de se relacionar com a sociedade do que por mudanças nas concepções de fundo de Oliveira frente ao mundo moderno. Neste artigo delinearemos o percurso feito por Oliveira nas primeiras décadas de sua militância política. Esse ciclo inicial de atuação (que vai do princípio da década de 1930 até 1959) está aqui demarcado pela publicação de duas obras do autor: *Em defesa da Ação Católica*, de 1943, que mostra o início de sua relação conflitiva com segmentos importantes do laicato brasileiro, e *Revolução e contrarrevolução*, de 1959, livro-programa que se constitui como verdadeiro manifesto de fundação da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP).

Palavras-chave:

Plínio Corrêa de Oliveira; Ação Católica; TFP.

Fragments of conservative thought in Brazil in the 1940s: the case of Plínio Corrêa de Oliveira, Catholic Action and the foundation of the TFP

Abstract:

Plínio Corrêa de Oliveira's performance in the Brazilian Catholic movement began in the last years of the 1920's. At the beginning, articulated with the ecclesiastical hierarchy, his course in the following decades witnessed a progressive removal, which became apparently during the decade 1960 and culminating in a "resistance statement" against Pope Paul VI policy in April 1974. Although this period had small inflections in the thought of Plínio

¹ O presente artigo é uma versão, com modificações, de um fragmento do primeiro capítulo da dissertação de mestrado do autor (cf. FORESTI, 2013).

² Mestre em história pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Corrêa de Oliveira, this rupture was triggered due to the transformations that occurred within the Catholic Church and its way of relating to society. There were not significant changes in Oliveira background conceptions against the modern world. In this article we will outline the route taken by Oliveira in the first decades of his political activism. This initial actuation cycle (which runs from the beginning of the 1930s until 1959) is here marked by the publication of two works of the author: *In Defense of Catholic Action*, 1943, which shows the beginning of his conflictive relationship with important segments of the laity Brazilian, and *Revolution and Counterrevolution*, 1959, a book-Programme that constitutes a true manifesto of foundation of the Brazilian Society for the Defense of Tradition, Family and Property (TFP).

Keywords:

Plínio Corrêa de Oliveira; Catholic Action; TFP.

Introdução

Antes de situarmos a figura histórica que estudamos, alguns apontamentos preliminares se fazem necessários.

Neste artigo nos propomos a esboçar o início da formação de uma visão de mundo. Visão elaborada por um indivíduo singular que – como não poderia deixar de ser – atua no interior de um grupo social em um dado chão histórico. Nessa atuação, enquanto subjetividade singular, nunca cessa a recíproca determinação entre as partes. E é o entendimento dessa entificação que será buscado nos escritos que analisaremos ao longo do trabalho.

Como bem aponta o filósofo J. Chasin:

A subsunção ativa aos escritos investigados é sempre ponto de partida e passo fundamental no autêntico procedimento de rigor; por isso mesmo, não perde de vista a íntima vinculação dos mesmos à trama real e ideal dos quadros temporais à qual pertencem, e com a qual estabelecem liames complexos de confluência e ruptura, num amplo gradiente de complicadas variações, que em outros passos exige esclarecimento. É da síntese – junção e interpretação – de tais momentos analíticos que se perfaz a *análise concreta* de uma formação ideal. (CHASIN, 2009, p. 40)

Essas considerações servem para indicar o procedimento analítico a ser adotado para com as nossas fontes. É evidente que o que aqui buscamos é formular uma interpretação de seu campo de significados, a qual não escapará – o que de maneira nenhuma se constitui em óbice – dos ditames da subjetividade do autor. Dizer isso não implica, no entanto, afirmar uma

equivalência entre quaisquer resultados analíticos que possam ser alcançados.

Como tem insistido o historiador italiano Carlo Ginzburg (2007, pp. 226 ss), há um “princípio de realidade” que deve ser inseparável da pesquisa histórica e da sua escrita. Não que aqui haja qualquer parentesco com reconstruções positivistas ou neopositivistas da história. O que o autor pretende deixar claro é que as próprias fontes – entendidas, evidentemente, não em seu sentido restrito – são critério de definição de limites para uma interpretação. Em outros termos, para usar mais uma vez as suas palavras, é possível indicar que algumas dessas análises são mais verdadeiras que outras, sem que seja necessário acrescentar aspas à palavra “verdade” (GINZBURG, 2007, p. 17).

Para lograr êxito em seguir esta linha, buscamos sempre empreender uma investigação imanente sobre nosso objeto. Ou seja, partindo do que lá está contido, dentro do seu próprio campo de construção e sentido. Desta forma, poderemos alcançar a concretude das determinações sociais presentes no caso. Mais uma vez, nas precisas palavras de Chasin, essa investigação

exige a captura *imanente* da entificação examinada, ou seja, a *reprodução analítica* do discurso através de seus próprios meios e preservado em sua identidade, a partir da qual, e sempre no respeito a essa integridade fundamental, até mesmo em seu “desmascaramento”, busca esclarecer o intrincado de suas origens e desvendar o rosto de suas finalidades (CHASIN, 2009, p. 40).

Pelo espaço que alguns conceitos ocuparão em nosso texto, resta ainda fazer algumas considerações sobre eles. A começar pelo de “ideologia”.

Cumprir notar, em primeiro lugar, que não nos filiamos à corrente que interpreta a ideologia como sendo *a priori* uma “falsa consciência” (embora, naturalmente, ela também possa sê-lo). Conforme assevera Ester Vaisman, a ideologia está sempre vinculada a uma “forma de existência do ser social”, sendo uma espécie de “elaboração ideal da realidade” que tem como função “tornar a práxis social dos homens consciente e operativa”, sendo, assim, o “*momento ideal* da ação prática dos homens, expressando o seu ponto de partida e destinação” (VAISMAN, 1989, p. 418). Destarte, ainda segundo a autora, a ideologia deve ser analisada segundo a função que desempenha no corpo social.

Esse é um ponto central. Seguindo o que explica Lukács em seu destrinçamento da produção marxiana, a ideologia, enquanto uma posição teleológica secundária³, coloca-se dentro do campo resolutivo dos conflitos

³ Para precisar sobre o que falamos reproduzimos um excerto esclarecedor de Gilmaísa Macedo Costa. Diz ela: “A resposta a conflitos deste gênero ultrapassa o exercício das

entre os seres singulares – o que não muda em nada a sua eficácia enquanto discurso de um dado grupo social. Dito de outro modo, “nos conflitos suscitados pelas contradições das modalidades de produção mais desenvolvidas, a ideologia produz as formas através das quais os homens se tornam conscientes desse conflito e neles de inserem mediante a luta” (LUKÁCS, 2009, p. 234).

Ou seja, não é qualquer proposição de um dado sujeito que pode ser entendida como ideológica *a priori*. Tampouco é decisivo para isso apenas o alcance de sua difusão ou a correção dos pressupostos defendidos⁴. É, como dissemos, a função que tal elaboração ideal cumpre que definirá o seu estatuto. Gilmaísa Macedo da Costa define de forma clara esse fenômeno ao preconizar que as ideologias “agem sobre os indivíduos ou grupos humanos visando à conservação ou à mudança do *status quo*, mas as determinações para o surgimento dos complexos ideológicos encontram-se na sociedade na qual os indivíduos vivem e agem” (COSTA, 2012, p. 9).

Quando falamos do discurso e da visão de mundo plinianos, temos em mente exatamente esse movimento: identificar como este corpo ganha coerência e ressonância, projetando-se como instrumento de um dado grupo social para a defesa de seus interesses em uma sociedade onde estes não são – como não poderiam ser – compartilhados pelos outros grupos em conflito. Recorrendo mais uma vez a György Lukács, temos que “somente depois de terem se tornado veículos teóricos ou práticos para combater conflitos sociais, quaisquer que sejam estes, grandes ou pequenos, episódicos ou decisivos para o destino da sociedade, é que são ideologia” (LUKÁCS *apud* COSTA, 2012, p. 10).

atividades do trabalho, por isso emerge a necessidade de normas generalizadoras do comportamento humano que surgem do cotidiano mais imediato da vida social e assumem processualmente a forma de costumes, tradições, normas sociais, convicções religiosas, visões de mundo, expressões artísticas, teorias científicas etc. O que justifica o seu surgimento é o fato de que os homens travam conflitos seja entre indivíduos, seja entre indivíduos e sociedade, seja entre grupos de indivíduos. E esses conflitos precisam ter uma resolução, sob pena de porem em risco a organização social existente. (...) Como os indivíduos são os portadores imediatos dos atos de consciência, as respostas sociais elaboradas para a resolução dos conflitos só podem se efetivar mediadas pela consciência destes mesmos indivíduos. São atos deste tipo que se caracterizam como posição teleológica secundária; nele, o sujeito não tem como fim imediato a objetividade material, mas a própria subjetividade humana, tendo em vista conduzir outros homens a agirem conforme uma posição desejada.” (COSTA, 2012).

⁴ Conforme afirma Lukács, “enquanto um pensamento permanece simplesmente o produto ou a expressão ideal de um indivíduo, não importa o valor ou desvalor que possa conter, não pode ser considerado uma ideologia. Nem mesmo uma difusão social mais ampla atinge o ponto de transformar um complexo de pensamento diretamente em ideologia. (...) A astronomia heliocêntrica ou a doutrina evolucionista no campo da vida orgânica são teorias científicas, deixando de lado sua correção ou falsidade, e nem isso enquanto tais, nem o repúdio ou o acolhimento delas constituem em si ideologia. Somente quando Galileu ou Darwin em seus confrontos, as tomadas de posição se tornaram instrumento de luta nos conflitos sociais, elas, em tal contexto – operaram como ideologias” (*apud* COSTA, 2012, p. 9).

Nessa linha, deparamo-nos com a questão da forma de nosso objeto, que vem a ser a manifestação de um pensamento expresso por meio de palavras em um texto escrito. Segundo Mikhail Bakhtin, “a palavra é o fenômeno ideológico por excelência (...), o objeto fundamental do estudo das ideologias” (BAKHTIN, 2006, pp. 36; 9). Por via de consequência, a própria questão do signo e os significados – por vezes expressos nas entrelinhas, e em muitos casos de maneira contraditória com o próprio conjunto do pensamento analisado – também é de importância fulcral para se entender a visão de mundo em questão.

Por fim, vale destacar brevemente sobre o que falamos quando invocamos as expressões que têm sido recorrentes nas linhas acima: “pensamento” e “visão de mundo”. Lucien Goldmann (1967, pp. 3-25), tratando precisamente desses problemas, apresenta alguns indicativos que nos parecem ser muito úteis para o objeto que temos em tela. Segundo ele, o pensamento deve ser sempre entendido como um conjunto móvel e multifacetado de ideias, em constante progresso, do qual se pode – e se deva – extrair um todo coerente, mas que não pode ser entendido como algo linear ou sequer acabado, pronto, no momento mesmo de sua consolidação na forma do texto escrito. Em concordância com os autores acima citados, também o pensador francês entende que o pleno significado desse “pensamento” só pode ser corretamente apreciado se se mantiver a íntima e necessária conexão deste com o seu grupo social de origem.

Em uma obra plural, que se esparrama no espaço-tempo, uma dificuldade adicional surge: a coerência. Como separar o que é nuclear, pétreo, do que aparece apenas como acidente, recurso de linguagem, um ponto fora da curva que não invalida do construto geral? Para Goldmann,

o acento é aqui colocado sobre a palavra *coerente*. O sentido válido é aquele que permite reencontrar a *coerência integral* da obra, a menos que esta coerência não exista, e nesse caso (...) o texto estudado não terá interesse filosófico ou literário fundamental (GOLDMAN, 1967, p. 14).

Certamente, entendemos que no pensamento de Plínio Corrêa de Oliveira há essa coerência. Como, então, buscar o *sentido* que possibilita a identificação dessa visão de mundo? Seguindo ainda o mesmo autor, temos uma interessante definição sobre o conceito quando ele afirma que uma visão de mundo “não é um dado empírico imediato, mas, ao contrário, um instrumento conceitual de trabalho, indispensável para compreender as expressões imediatas do pensamento dos indivíduos” (GOLDMAN, 1967, p. 17).

Esse indivíduo – como vimos afirmando – não se separa do grupo social. Embora longe de ser um produto de uma determinação mecânica de um “meio” apriorístico exterior à sua própria existência, o indivíduo só existe enquanto sujeito quando é um ser social. E essa posição é

irreconciliável com a leitura do humano como objeto absoluto – atomístico – que se desenvolveria apenas em si. Ou seja, o sujeito da ação humana não pode ser o indivíduo isolado⁵, mas sim um grupo, um “nós” (GOLDMANN, 1967, p. 18).

A defesa de uma visão de mundo – ainda mais se a pensamos efetiva enquanto ideologia – só pode ser feita, assim, da perspectiva de um grupo. Na sociedade capitalista, esse grupo convergente é a classe social. É aí que a multiplicidade de ações dos indivíduos singulares – que, evidentemente, não são idênticas – ganha coerência que, a bem da eficácia, é rigorosa. Pois, se a práxis de cada indivíduo é o conjunto das escolhas dentro de um campo de possibilidades, a necessidade social se afirma exatamente no conjunto de pressões a que o indivíduo se torna sujeito em função desse pertencimento. Escolhas que faz, atitudes que toma “sob pena de se arruinar” (LUKÁCS, 2009, p. 231).

Em síntese, retomando mais uma vez Goldmann, “visão de mundo é precisamente esse conjunto de aspirações, de sentimentos e de ideias que reúne os membros de um grupo (mais frequentemente, de uma classe social) e os opõe aos outros grupos” (GOLDMANN, 1967, p. 20).

É sob essa ótica que buscamos investigar a produção de Plínio Corrêa de Oliveira, fundador da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP).

Plínio Corrêa de Oliveira e o movimento católico

Plínio Corrêa de Oliveira nasceu em São Paulo em 13 de dezembro de 1908. Como costumam destacar seus apologistas, descendia da elite agrária, identificada com os primeiros colonizadores do Brasil, na figura dos senhores de engenho do Nordeste, “os bem-nascidos, os nobres do seu tempo” (MATTEI, 2007, p. 35). Concluiu seus estudos primários no Colégio São Luís, pertencente à Companhia de Jesus. Como aponta Rodrigo Caldeira, o espírito militante da educação então recebida constitui-se num traço marcante de toda a atuação pliniana. Marcante também é a predominância de uma influência cultural de matriz francesa, então ainda em voga nas classes dominantes brasileiras (CALDEIRA, 2005, p. 58), que será sentida na produção pliniana até o final de sua vida, pelo desprezo manifesto pelos modos tidos como pouco requintados do “mundo moderno”. Na sua juventude, iniciou sua atuação na Congregação Mariana da Legião de São Pedro (1928) e participou da fundação da Ação Universitária Católica (AUC), no ano de 1929.

⁵ Isso, evidentemente, nada tem que ver com o fato de que o objetivo de uma ação – das mais banais às mais complexas – possa ser um ganho individual singular.

Da atuação como legionário mariano decorreu o início de sua produção jornalística. No começo da década de 1930, foi convidado a assumir a direção do jornal mariano da paróquia de Santa Cecília, intitulado justamente *O Legionário*, no qual publicava artigos desde setembro de 1929. Este pequeno quinzenário oficial de duas folhas tornou-se, sob a direção de Oliveira, um jornal mensal de oito folhas que chegou a alcançar em 1937 uma tiragem de 17.000 exemplares por edição, evidenciando haver rompido os limites da paróquia onde nascera (CALDEIRA, 2005, p. 67).

Na década de 1930, ainda, Oliveira publicou artigos (cf. CALDEIRA, 2005, p. 69) na revista *A Ordem*, periódico ligado ao Centro D. Vital⁶, então sob a direção de Alceu Amoroso Lima. Ambos líderes católicos de destaque nas décadas seguintes, Oliveira e Amoroso Lima protagonizarão acirrada disputa no interior da Ação Católica (AC) devido às suas divergências frente ao papel do laicato na organização. Faremos referência a isso mais à frente.

O Legionário acabou, entretanto, elevado – pouco tempo depois da indicação de Oliveira como seu diretor – à categoria de órgão oficioso da Arquidiocese de São Paulo (ZANOTTO, 2007, p. 24). Tal movimento alavancou o prestígio de Oliveira junto aos meios católicos, credenciando-o como candidato a deputado constituinte pela Liga Eleitoral Católica (LEC) nas eleições de 1933, nas quais acabou eleito⁷, e também lhe dando a posição de uma voz a ser ouvida nas discussões sobre os rumos do catolicismo brasileiro. E, no chão histórico da Era Vargas, a Igreja Católica pôde se projetar novamente como uma voz afinada às instituições estatais.

Explica-se: se bem que muito influente durante o período monárquico, a Igreja Católica encontrava-se tutelada pelo governo – desde

⁶ Fundado em 1922 por Jackson de Figueiredo, o Centro D. Vital era uma união de leigos católicos de linha conservadora que tinha como intuito defender a Igreja Católica dos avanços do liberalismo. Escudados nas posições do cardeal D. Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro e líder da Igreja brasileira, buscavam a formação de um grupo de leigos capazes de resistir às “heresias da modernidade”, da qual se destacavam, além do já citado liberalismo, o comunismo, o protestantismo, a modernização teológica e a secularização do estado. Deste Centro fizeram parte, entre outros nomes de destaque, os futuros presidentes da Ação Católica Brasileira (com sede no Rio de Janeiro) e de São Paulo, respectivamente Amoroso Lima e Corrêa de Oliveira. Interessa ainda destacar que o próprio nome do Centro era uma homenagem ao bispo que, no século XIX, desafiou o monarca Pedro II em função de sua luta contra a presença maçônica no clero. Para informações sobre esse movimento, ver Mainwaring (2004, pp. 41-4).

⁷ Ainda no ano de 1932, Plínio Corrêa de Oliveira foi um dos impulsionadores da fundação da LEC, ao sugerir ao arcebispo de São Paulo, D. Duarte, a formação de um movimento católico acima dos partidos políticos que então se constituíam. Oliveira contou ainda com os esforços conjugados de Heitor da Silva Costa e Alceu Amoroso Lima para que a Liga conseguisse estabelecer-se em escala nacional e contasse com a bênção do cardeal Leme. Amoroso Lima assumiu a Secretaria Nacional da entidade, que tinha como presidente Pandiá Calógeras. Em São Paulo, Oliveira assumiu a Secretaria Regional, contribuindo para a articulação da “Chapa Única por São Paulo”, grupo heterogêneo, mas que congregava forças anticomunistas e ligadas aos setores economicamente dominantes. Nas eleições de 3 de maio de 1933, Oliveira obteve 24.714 votos, ou 9,5% do total do estado, tornando-se o deputado mais votado da LEC e do Brasil (cf. MATTEI, 2007, pp. 68-72).

o período colonial – por meio da instituição do Padroado⁸, limitador suprimido com o advento da República. Todavia, perdeu-se também o elo que ligava a Igreja⁹ ao estado, visto que nos grupos dominantes que se projetaram à cumeeira deste grassavam sentimentos que iam da indiferença religiosa até o anticlericalismo abertamente declarado (COSTA, 2007, p. 458). A primeira constituição republicana consagraria essa separação ao igualar o estatuto de toda e qualquer confissão religiosa perante o estado, privando, além disso, a Igreja Católica, entre outros, de importantes atribuições na formação do cidadão (ensino laico), controle de códigos morais (casamento civil), bem como de importantes receitas pecuniárias (administração estatal dos cemitérios)¹⁰.

Durante os anos em que Getúlio Vargas esteve no poder, a reaproximação entre essas forças ganhou impulso e a atuação parlamentar de Oliveira pode ser lida nesse contexto¹¹. Das principais propostas¹² que

⁸ “Através deles, a monarquia promovia, transferia ou afastava clérigos; decidia e arbitrava conflitos nas respectivas jurisdições das quais ela própria fixava os limites. Durante todo o período colonial – através do controle do governo português –, e do período imperial – através da figura de D. Pedro II –, a Igreja brasileira sofreu interferências do poder político. O imperador nomeava diversos representantes eclesiásticos, em troca do pagamento de salários.” (LAGE, 2012)

⁹ Nesse caso, tratamos, evidentemente, da Igreja Católica. Do mesmo modo, quando, ao longo do artigo, usarmos o termo “Igreja” (com a grafia iniciada em letra maiúscula), estaremos nos referindo a esta instituição.

¹⁰ Dentre outros, destacamos os seguintes parágrafos contidos nos art. 72 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891, que versava sobre os direitos individuais: “§ 3º - Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum. § 4º - A República só reconhece o casamento civil, cuja celebração será gratuita. § 5º - Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não ofendam a moral pública e as leis. § 6º - Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos. § 7º - Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados.” (BRASIL, 2012) Sobre a questão da importância financeira da administração dos cemitérios para a Igreja Católica e para as ordens religiosas, ver Moreno (2012).

¹¹ Mainwaring (2004, pp. 41-57) busca situar a conflitiva relação entre a Igreja Católica e o estado brasileiro entre o início da República e a década de 1930. Como demonstra o autor, pela própria natureza de sua concepção de mundo, a Igreja jamais poderia admitir o seu nivelamento a qualquer outro tipo de confissão religiosa. Muito menos poderia aceitar a prevalência civil em assuntos como o casamento. Sendo assim, o seu discurso sempre se posicionou de maneira contrária à separação Igreja/estado. Sem embargo, o fim da tutela governamental era um ganho do qual a hierarquia eclesiástica não se dispunha a abrir mão. Uma posição globalmente mais favorável à Igreja configurou-se quando o varguismo soube abraçar essa mesma hierarquia, sem ressuscitar os antigos embaraços. Ou, ainda, mantendo figuras de proa da instituição em posições de relativa influência (como cardeal Leme, que tinha franco acesso ao presidente/ditador). As considerações sobre as motivações e estratégias de Vargas no tocante ao caso em questão fogem ao escopo do presente texto (para tanto, ver MENDONÇA, 2012).

¹² As bandeiras defendidas por Oliveira quando de sua eleição estão sintetizadas naquelas propostas apresentadas pela LEC como seu rol mínimo de reivindicações: 1)

impulsionavam a LEC em sua campanha, todas foram integradas ao texto da Constituição de 1934, sendo inclusive aprovadas algumas que, segundo Mattei, extrapolavam o plano mínimo estabelecido como meta pela organização. Entre as mais importantes estavam a indissolubilidade do matrimônio, a volta do ensino religioso às escolas (inclusive às escolas públicas), a presença religiosa nas forças armadas e nas prisões (na condição de capelães e assistentes de saúde), a proibição da “propaganda subversiva” e a pluralidade sindical (estas duas visando ao ascendente movimento comunista). Como cereja do bolo, a invocação do nome de Deus voltava a figurar no preâmbulo da Carta (MATTEI, 2007, pp. 72-3)¹³.

Findado em julho de 1934 o seu mandato de deputado constituinte, Oliveira seguiu atuando como jornalista. Somando-se a isso, nos anos seguintes trabalhou como advogado e deu início às suas atividades docentes. Primeiramente, assumiu a cátedra de história da civilização no Colégio Universitário, que funcionava como preparatório para o curso da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Na sequência, a cadeira de história moderna e contemporânea da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Bento (embrião da futura Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, cf. PUC, 2013) e na Faculdade *Sedes Sapientiae* (TPF, 1988, p. 29).

A década de 1930 ainda assistiu à fundação no Brasil da AC. Nela, Oliveira desempenhou, junto com Amoroso Lima, papel de liderança. Progressivamente, no entanto, tornar-se-ia porta-voz de um grupo minoritário e seria paulatinamente afastado dos papéis de destaque na organização (que futuramente ele próprio renegaria). Para melhor tratarmos do já citado *Em defesa da Ação Católica*, que flagra exatamente este momento de tensão, situaremos brevemente a AC brasileira.

Segundo a Igreja, o início da AC remonta a meados do século XIX. Mais precisamente ao ano de 1867 (COMUNIDADE, 2012; BENTO XVI, 2012), quando foi fundada, como a aprovação de Pio IX, a Sociedade da Juventude Católica Italiana¹⁴. Porém, nessa época o termo “ação católica” era adotado como uma denominação genérica para alguns movimentos organizados dentro do laicato. Os papas Leão XIII e Pio X também fizeram menção ao tema nesta forma genérica, mas somente durante o pontificado de Pio XI (1922-39) ela adquirirá estatura jurídica própria (dentro do

Indissolubilidade do matrimônio, 2) Ensino religioso em todas as escolas, 3) Assistência religiosa católica nas forças armadas e nas prisões (MATTEI, 2007, p. 72).

¹³ A grande maioria dessas conquistas da LEC será mantida com o início do Estado Novo e a promulgação da Constituição de 1937.

¹⁴ É interessante notar essa “paternidade italiana” da AC na visão do Vaticano, pois é na Itália que a AC se mantém como instituição atuante até os dias de hoje, sendo objeto de diversas mensagens do papa emérito Bento XVI e do seu predecessor, João Paulo II.

âmbito canônico), com a publicação de documentos que a definiam¹⁵, bem como com a aprovação de organizações nestes moldes em diversos países.

A AC brasileira daria seus primeiros passos em 1935, quando, por meio de carta dirigida a cardeal Leme e aos bispos brasileiros, Pio XI manifestou o desejo de que a instituição passasse a existir no país. No mesmo ano ela foi fundada, mas suas atividades só tiveram início efetivo em 1937, quando de sua instalação na Diocese do Rio de Janeiro. Dirigida por comissão episcopal de cinco membros, tinha, entretanto, como presidente Alceu Amoroso Lima (KORNIS, 2012). A AC também se estabeleceu em São Paulo, onde as congregações marianas eram mais presentes e se constituíam como a força maior do laicato. Em 1940, Oliveira¹⁶ ascendeu à presidência da Junta Arquidiocesana da Ação Católica de São Paulo. Junto com ele ascenderam a posições importantes na AC sacerdotes de linha conservadora muito próximos a ele e que teriam significativa importância nos anos seguintes e na fundação da TFP: padre Geraldo de Proença Sigaud (nomeado assistente arquidiocesano da Juventude Estudantil) e padre Antônio de Castro Mayer (assistente-geral da Ação Católica de São Paulo)¹⁷. Ainda que se possa afirmar que os egressos do Centro D. Vital formaram o núcleo diretor da AC no Brasil (ou, pelo menos, de seus polos mais desenvolvidos no Sul e Sudeste), é flagrante que quando Oliveira assumiu o seu cargo, em 1940, os posicionamentos das principais lideranças já apresentavam cisões importantes. A princípio signatárias de um posicionamento conservador que encontrava sua expressão em Jackson de Figueiredo (fundador do Centro), tais lideranças trilham caminhos próprios. Essas mudanças se fizeram sentir desde a morte deste último, em 1928, e foram ganhando força ao longo da segunda metade da década de

¹⁵ O primeiro deles é a encíclica *Ubi arcano Dei consilio*, de 1922 (a primeira de seu pontificado), em que, depois de enumerar os segmentos da sociedade que devem estar a serviço da fé e que contam com a aprovação apostólica, diz o papa: “Por fim, incluímos entre esses frutos de piedade todo um grupo de movimentos, organizações que funcionam e que são tão caros ao nosso coração de pai, que passam a [agir] sob o nome de ‘Ação Católica’, e na qual ficamos tão intensamente interessados.” (PIO XI, 2012, tradução nossa)

¹⁶ Mais uma prova da posição proeminente de Oliveira é a sua idade quando da nomeação: 31 anos. Isso adquire mais relevância se tivermos em mente que, dentro da divisão interna da AC, só se ascendia do “grupo juvenil” ao “grupo principal” após os 30 anos de idade ou quando do casamento.

¹⁷ Para as informações sobre o desenvolvimento da AC e da participação de Plínio Corrêa de Oliveira, seguimos Mattei (2007, pp. 120-30) e Mainwaring (2004, pp. 47-56).

1930 e dos anos 1940¹⁸. O conflito mais marcante será o de Plínio de Oliveira com Amoroso Lima¹⁹.

Lima trilhou um caminho que em tudo o afastava do ideário pliniano. Do pensamento liberal e autoritário dos primeiros anos de sua militância, passando pela conversão ao catolicismo de matiz ultramontano e pela paulatina migração para as tendências mais progressistas dentro deste até sua volta ao liberalismo (progressivamente mais radical) e sua síntese deste com sua visão de cristianismo. Como diz Mattei:

Tristão de Ataíde [pseudônimo de Amoroso Lima] e Plínio Corrêa de Oliveira figuravam entre os indiscutíveis líderes católicos do Brasil, em meados dos anos [19]30. (...) A vida e o apostolado destes dois homens, entretanto, estavam destinados a separar-se, até se tornarem itinerários simétricos e opostos. (MATTEI, 2007, p. 122)

No período em questão, no entanto, as fontes de conflito entre os dois autores estavam mais circunscritas.

Aproximadamente na mesma época em que a AC foi fundada, começaram a penetrar no Brasil as obras do pensador católico francês Jacques Maritain, com as quais Amoroso Lima mostrou profunda identificação, sendo responsável inclusive pela tradução de diversas delas. Este filósofo defendia o que chamava de “humanismo integral”, espécie de humanismo cristão caracterizada, entre outros, por uma tentativa de contemporização com os valores do mundo moderno. Somente assim seria possível “recolocar [no mundo] Deus e a Igreja Católica, afastados das atividades da sociedade pelos diversos antropocentrismos humanistas” (SANTOS JR., 2008, p. 22). Desta forma, as ideias maritanistas defendiam a presença mais constante da Igreja na vida social, porém transigindo muito mais do que Oliveira julgava lícito. Mas não só ele: o próprio entendimento do Vaticano parece corroborar a posição pliniana. Pio XI, na mesma encíclica que citamos antes, posiciona-se decididamente contra “uma espécie de modernismo moral, legal e social que nós condenamos decididamente, não menos do que nós condenamos o modernismo teológico” (PIO XI, 2012).

¹⁸ A título de exemplo, basta dizer que D. Hélder Câmara fazia parte deste grupo. O mesmo D. Hélder a quem Oliveira chamará (a partir da década de 1960) de “Bispo Vermelho” e que a ditadura militar brasileira tentará de todo modo calar (por exemplo: durante um período da década de 1970, os meios de comunicação eram proibidos de publicar qualquer declaração de D. Hélder, não importando o teor – cf. GASPARI, 2002, p. 278).

¹⁹ Exemplo da aproximação inicial de ambos é o fato de ter dado os seus primeiros passos como jornalista na revista *A Ordem*, então sob a direção de Amoroso Lima. Este, por sua vez, chegou a escrever para *O Legionário*.

A identificação de Lima com essa concepção ficará patente em diversos de seus trabalhos publicados ao longo da década de 1930²⁰ (CAUVILLA, 1992, p. 91), inclusive em *Pela Ação Católica*, de 1935, primeira de suas duas obras a versar explicitamente sobre o tema.

O seu segundo livro a ter a AC por objeto é *Elementos de Ação Católica*, publicada em 1938 (embora a base do texto fosse de 1932). Em ambas se explicita um segundo motivo de conflito entre os dois líderes católicos: o papel e, principalmente, a autonomia do laicato frente à hierarquia eclesial. Consonante com um espírito de adaptação à modernidade, Lima julgava que os leigos teriam capacidade de interferir ativamente nos destinos da AC. Como veremos a seguir, Oliveira não só fazia sérias restrições a isto, como também aos tipos de pessoas que poderiam se juntar à instituição.

Em defesa da Ação Católica

Lançado em 1943, *Em defesa da Ação Católica* foi a tentativa (ainda que tardia) de Plínio Corrêa de Oliveira de mudar os rumos para os quais a instituição estava se dirigindo. Divido em cinco partes, o livro busca refutar os principais erros doutrinários e práticos que identificava na AC brasileira. Nas quatro primeiras partes é passado a limpo um rol de problemas que, na visão de Corrêa de Oliveira, assolavam a AC e estavam em desacordo com os ditames do Vaticano. Na última parte, uma série de citações bíblicas é alinhavada para reforçar as teses anteriormente defendidas.

As primeiras questões que Oliveira enfrenta são a da natureza jurídica da AC e o papel da hierarquia católica em seu interior. Discutindo a problemática do mandato, ele demonstra que existem diversas maneiras de delegação de poderes de uma autoridade para pessoas e instituições que ela busque tornar partícipes de sua missão. No caso concreto, a discussão gira em torno da extensão dos poderes delegados à AC e em que medida seria necessária a manifestação de vontade do católico para nela ingressar.

A dúvida se situa dentro da discussão levantada à época sobre se todos os fiéis estariam obrigados (e, de certa maneira, pré-inscritos) a adentrar nas fileiras da organização. A esta questão Oliveira responde negativamente, negativa que ocorre em dois planos. No primeiro, de natureza formal, o autor demonstra que os pronunciamentos pontifícios evidenciam claramente a possibilidade de seleção de membros. Diz ele que “AC só é para ‘os melhores dentre os bons’, segundo a bela expressão de Pio

²⁰ Cauvilla conta nove obras para um intervalo de apenas cinco anos, indicando que em mais três publicadas ao longo da década aparecem menções – ainda que de maneira menos explícita – à ideia de “humanismo integral”.

XI na Encíclica *Non abbiamo bisogno*²¹ (OLIVEIRA, 2012, p. 36). Com isso estabelece, a um só tempo, que há uma seleção e que esta teria rígidos critérios.

Nesse ponto, Oliveira é claro ao afirmar que “deve a AC ser um movimento de elite, se realmente quiser ser fecundo”, completando: que “a fascinação dos grandes movimentos de massa [pode] iludir os dirigentes católicos de alguns países” (OLIVEIRA, 2012, p. 81). Voltaremos a este tema mais adiante. De momento deve ficar claro que, durante toda a obra, Oliveira tem em seu horizonte a ideia de que o movimento católico organizado é acessível apenas para uma parcela dos leigos. Entenda-se bem: não que exista por parte do autor uma vedação à participação de quaisquer elementos tidos por ele como genuinamente católicos na vivência da fé. O que ele explicita é que a direção desse movimento só pode ser exercida por um grupo selecionado. A participação dos católicos não elevados a esta categoria estaria condicionada às funções acessórias e executivas.

Voltaremos à caracterização do elitismo pliniano na sequência. Destacamos agora outro ponto de conflito entre Oliveira e as correntes maritanistas: o estatuto do laicato frente à delegação de poderes feita pela Igreja. Se alguns, como o já citado Tristão de Ataíde²², entendiam que o chamado papal os colocava em posição de igualdade com o clero, a posição de Oliveira era diametralmente oposta. Para ele, não restavam anulados os princípios pelos quais a Igreja havia se pautado nos últimos séculos. Ou seja, embora ocupando posição de importância, o laicato deveria permanecer subjugado ao clero, estando a administração da AC sob a tutela deste, não só nos assuntos de fé (embora mormente nestes), mas em toda a sua condução.

Um dos principais aliados nesse mister foram os documentos do Concílio Vaticano²³. Citando um deles, Oliveira afirma:

[Segundo] o Concílio, ‘há na Igreja um poder de que uns são dotados em vista de santificar, ensinar e governar, e outros não são dotados’; assim, a sociedade sobrenatural não é apenas

²¹ O livro foi originalmente lançado em 1943. A transcrição que utilizamos foi disponibilizada pelo sítio “PCO – Plínio Corrêa de Oliveira” (www.pliniocorreadeoliveira.info), tendo como base a edição fac-similar comemorativa lançada pela editora Artpress em 1983. Os números de página citados são da transcrição em questão.

²² O nome de Tristão de Ataíde (Alceu Amoroso Lima) não é citado em nenhum momento da obra que ora analisamos. Sua posição como “sujeito oculto” da refutação pliniana pode ser comprovada, no entanto, por pelo menos três elementos: 1) como dito acima, Lima havia escrito, durante a década de 1930, dois livros sobre a AC que esposavam parte das concepções atacadas por Oliveira; 2) era Lima o principal tradutor e difusor da obra de Jacques Maritain no Brasil; 3) também era ele o presidente da AC brasileira.

²³ Posteriormente conhecido como Concílio Vaticano I, foi realizado no Vaticano (Roma) entre 1869-70. Essencialmente dogmático, serviu para confirmar o dogma da infalibilidade papal em pronunciamentos em matéria de fé e refutar o liberalismo e o materialismo, indicados como elementos estranhos e contrários à doutrina da Igreja.

desigual porque alguns têm poderes maiores do que os outros, mas ainda porque há elementos inteiramente sem poder, enquanto outros há que possuem este poder. Em outros termos, há súditos e há governantes. (OLIVEIRA, 2012, p. 36)

Ou seja, a posição dos leigos seria, pelo próprio ordenamento sobrenatural, inelutavelmente diversa da dos clérigos.

O trecho acima serve, ainda, para indicar dois traços fundamentais do pensamento de Plínio Corrêa de Oliveira. Em primeiro lugar, o mundo seria naturalmente hierarquizado. Sendo assim, os lugares ocupados por cada ser social estariam aprioristicamente determinados desde o seu nascimento. O bom funcionamento da sociedade dependeria, então, de que fosse mantida essa divisão. O segundo ponto a ser destacado desdobra o primeiro, no sentido de lastrear esta concepção de mundo: a divisão seria um desígnio de um ser sobrenatural, inumano e existente fora e além do tempo, representado para os católicos na figura conhecida como Deus.

Sendo assim, o estado de natureza existiria na forma da divisão explicitada acima e deveria ser respeitado e mantido, uma vez que a própria divindade quis assim. Dessa forma, mantendo-se fiel ao ser sobrenatural, determinações sociais, historicamente constituídas, aparecem na obra pliniana como “naturais”. Essa natureza alcança aqui um sentido positivo, sendo o “antinatural” identificado ao erro. Em outras palavras, pretender qualquer ordem terrena diferente da dos “súditos e governantes” seria atentar contra a própria divindade.

Ainda sobre a questão da Igreja, Oliveira faz uma comparação elucidativa sobre o papel que o laicato deve desempenhar frente à hierarquia:

Um professor tem em aula, por direito próprio, inerente ao cargo que exerce, a função de lecionar. Entretanto, para maior perfeição de seu trabalho, pode incumbir certos alunos de, em círculos de estudo ou em “seminários” ou ainda em explicações públicas feitas em aula, esclarecer as dúvidas dos colegas. A situação do aluno não deixa, por isto, de ser substancialmente idêntica à dos demais colegas, quer perante estes, quer perante o professor: 1) – o professor tem o magistério, isto é, cabe-lhe definir e promulgar a doutrina, ao passo que o aluno repetidor, enquanto ensina o que aprendera, é um mero veículo, oficial embora, mas mero veículo de doutrina alheia, em relação à qual ele mesmo é um discípulo; 2) – por isto, é em tudo igual a seus colegas, todos em posição de inferioridade em relação ao mestre; 3) – enquanto a autoridade do professor é autônoma, o aluno repetidor exerce suas atividades sob direção de terceiro.

Com efeito, Deus deu à Hierarquia um encargo análogo ao que os pais dão ao professor: – A Hierarquia dá aos leigos um encargo análogo ao que o professor dá ao aluno repetidor. (OLIVEIRA, 2012, p. 32)

Fica, então, patente que, para Oliveira, a divisão hierarquizada de mundo deve ser reproduzida na AC, estando estabelecida a linha de subordinação do laicato à Igreja da mesma forma que esta estaria diretamente subordinada a Deus. Oportuno notar que a incapacidade formulativa do laicato não encontra similitude no magistério da Igreja, uma vez que, estando esta escudada na inexistência empírica daquele que seria o ditador de suas regras, podia investir-se no papel de intérprete autorizado dos desígnios celestes.

Outros argumentos de matriz lógica e formal são ainda enumerados para ressaltar a diferença entre leigos e clérigos e a distinção clara destes dentro da AC: a ordenação, por via sacramental, dos padres, não presente nos leigos; a possibilidade de mulheres participarem da AC, enquanto sua presença era vedada no clero; a falta de formação teológica do laicato e a ilogicidade da própria existência do clero, uma vez que este seria em tudo igual à figura média do católico. Em suas palavras, “é certo que certas funções da hierarquia de jurisdição poderiam, em tese, ser franqueadas a leigos. Mas isto é coisa muito diversa de associar, ainda que potencialmente, ao exercício destas funções, a massa do laicato” (OLIVEIRA, 2012, p. 37).

O mecanicismo atribuído ao poder sacramental é o próximo alvo. Aqui a polêmica é contra os que advogavam que, por participar dos sacramentos, o leigo poderia desempenhar a fé de maneira perfeita, ainda que ele mesmo não o fosse. Contrapondo-se a isso, Oliveira argumenta que o homem, de fato, só pode realizar boas obras por graça de Deus. Mas essa graça não produz efeitos se não houver o empenho e o sofrimento daquele que atua como seu intermediário (OLIVEIRA, 2012, pp. 81-5).

Isso indica um ponto importante do pensamento do autor: o homem é um ser que não pode se constituir no mundo por atuação própria. A sua vida “virtuosa” só é possível em comunhão com o ser sobrenatural – e mesmo esta virtude é limitada. Sendo pecador por natureza, essa condição não pode jamais ser anulada, podendo no máximo ser mitigada por essa conjugação de purgação (tarefa na qual o sujeito pode influir) e graça divina (que pode ser pedida, mas da qual o arbítrio se encontra completamente fora do alcance humano). Falando da conversão de novos fiéis, ele exemplifica que é “a *graça de Deus* é que (...) opera as conversões; e o homem não é senão um canal, tanto mais útil *quanto menos obstruído por seus vícios e pecados*” (OLIVEIRA, 2012, p. 83, *grifo nosso*).

O proselitismo dos membros da AC também deveria se enquadrar nesta visão de mundo. Assim, era pelo cuidado com os “bons” que o trabalho de santificação deveria começar:

não hesitamos em afirmar que, acima de tudo, se deve desejar a santificação e perseverança dos que são bons; em segundo lugar, a santificação dos católicos afastados da prática da religião;

finalmente, e em último lugar, da conversão dos que não são católicos (OLIVEIRA, 2012, p. 93).

Cumprir notar que quando fala dos “bons” Oliveira tem em mente um grupo bastante seletivo, uma vez que, para ele, estar “afastado da religião” significa muito mais do que a noção hoje corrente de “não-praticante”. Ser frequentador dos sacramentos em acordo com o que a Igreja julgava o mínimo necessário não é, para o autor, condição suficiente para que alguém seja incluído nesse rol. Agir em desacordo com a hierarquia e ainda assim se declarar católico é algo que – nesse momento histórico – colocaria o fiel fora de qualquer perspectiva de santificação.

O exemplo bíblico do pastor que se alegra mais com a volta de uma ovelha do que com a presença das 99 que nunca se perderam²⁴ é explicado da seguinte maneira:

poder-se-ia certamente objetar que ‘há mais alegria no céu por um pecador que se converte, do que por 99 justos que perseveraram’. Poucos textos dos Santos Evangelhos têm sofrido mais infundadas interpretações. A mulher da parábola, que perdeu uma dracma, certamente teve mais alegria em encontrá-la do que em conservar as dracmas que não havia perdido. Isto não quer dizer que ela se consolaria da perda das 99 dracmas por encontrar uma! Se assim fosse, seria uma louca! O que Nosso Senhor quis dizer foi, simplesmente, que o gáudio pela recuperação dos bens, que perdemos, é maior do que nosso prazer pela posse tranquila dos bens, que conservamos. Assim, um homem que perdeu a vista em consequência de um acidente e depois a recupera, deve razoavelmente entregar-se a uma grande expansão de alegria. Seria, entretanto, irracional que, em dado momento, um homem, que nunca esteve ameaçado de cegueira, se entregasse a indescritíveis transportes de júbilo porque não está cego. (OLIVEIRA, 2012, p. 98)

Ganha, ainda, relevo a disciplina que Oliveira busca impor no interior da organização. Para ele, é fruto das concepções modernistas a ideia de que não se devem punir os desvios dos membros, ou, ainda, que se deva deduzir que, por fazerem parte da organização, tais desvios não aconteceriam. No que toca à punição, para ele a tendência de não utilizá-la viria em parte de um relaxamento moral típico dos tempos vividos, inadmissível na elite do

²⁴ Oliveira faz referência à seguinte passagem: “[Jesus] lhes propôs esta parábola, dizendo: Que homem dentre vós, tendo cem ovelhas, e perdendo uma delas, não deixa no deserto as 99, e não vai após a perdida até que venha a achá-la? E achando-a, a põe sobre os seus ombros, gostoso; E, chegando à casa, convoca os amigos e vizinhos, dizendo-lhes: Alegrai-vos comigo, porque já achei a minha ovelha perdida. Digo-vos que assim haverá alegria no céu por um pecador que se arrepende, mais do que por 99 justos que não necessitam de arrependimento. Ou qual a mulher que, tendo dez dracmas, se perder uma dracma, não acende a candeia, e varre a casa, e busca com diligência até a achar? E achando-a, convoca as amigas e vizinhas, dizendo: Alegrai-vos comigo, porque já achei a dracma perdida. Assim vos digo que há alegria diante dos anjos de Deus por um pecador que se arrepende.” (Lucas, 15:3-10)

movimento católico. Movimento este que sofreria com a entrada não selecionada de membros, possibilitando a pessoas de pouca estatura moral e intelectual ingressar em suas fileiras. Esse déficit intelectual seria, inclusive, um dos motivos do entendimento equivocado sobre a importância das regras e códigos dentro da AC.

Como argumenta, citando Tomás de Aquino²⁵, a pré-existência de uma legislação seria a blindagem contra as emoções do momento²⁶. Olhando para o futuro, e não para o presente, os legisladores teriam a possibilidade de abstrair as vicissitudes do fato concreto e definir a pena sem serem tocados por emoções terrenas. Mas, mais do que isso, o argumento do Doutor Angélico foca no fato de que, sendo poucos os homens sábios o suficiente para julgar, o ideal seria que eles produzissem instrumentos de alcance geral, e não apenas limitados a um momento concreto. Novamente, a capacidade diferenciada de um grupo para conduzir os destinos de uma coletividade é ressaltada.

A impossibilidade do erro por parte dos membros da AC também é refutada levando-se em conta dois argumentos: o caráter não mecânico dos sacramentos (como explicado acima) e a possibilidade de desvios no clero. Argumenta o autor que, se o direito canônico prescreve sanções aos sacerdotes, é porque julga que eles estão sujeitos ao erro. Ora, estando estes em posição qualitativamente mais elevada do que a massa dos católicos, seria ilógico supor que fossem mais falíveis do que estes. Desta forma, seria herético afirmar qualquer infalibilidade por parte dos leigos da AC.

Para Oliveira, a direção do movimento está intimamente atrelada ao preparo teológico e à vinculação hierárquica do clero, que assim assume posição diversa daquela defendida por seus adversários. Embora diga ver motivações nobres em parte daqueles que defendem a autonomia leiga, argumenta que se trata de um erro refutado por todos os pronunciamentos pontifícios e fundado em uma lógica moderna de atribuir eficácia às

²⁵ Exponente do movimento filosófico da Escolástica e um dos teólogos mais influentes da Igreja Católica. Por esta foi reconhecido como santo ainda durante a Idade Média (em 1323, aproximadamente 50 anos após sua morte) e posteriormente como Doutor da Igreja, cognominado de *Doctor Communis* ou *Doctor Angelicus*.

²⁶ “Como diz o Filósofo, é melhor que tudo seja regulado por lei, do que entregue ao arbítrio dos juízes. E isto por três razões. Primeiro, por ser mais fácil encontrar uns poucos homens prudentes, suficientes para fazer leis retas, do que muitos que seriam necessários para julgar bem de cada caso particular. Segundo, porque os legisladores, com muita precedência consideram sobre o que é preciso legislar; ao contrário, os juízos sobre fatos particulares procedem de casos ocorridos subitamente. Ora, mais facilmente pode o homem ver o que é reto depois de ter refletido muito do que apoiado só num único fato. Terceiro, porque os legisladores julgam em geral e para o futuro; ao passo que os homens, que presidem ao juízo, julgam do presente, a cujo respeito sentem a inclinação do amor ou do ódio, ou de qualquer outra cupidez. Portanto, como a justiça animada do juiz não se encontra em muitos, e é flexível, é necessário, sempre que for possível, que a lei determine como se deve julgar, e quase nada se deixe ao arbítrio dos homens.” (AQUINO *apud* OLIVEIRA, 2012, p. 67)

“reformas estruturais e jurídicas” em detrimento da “reforma de mentalidades”.

O que o autor busca dizer com isso é que, no afã de promover a atuação desnivelada do clero em relação ao “povo de Deus”, enveredar-se-ia por uma solução apenas tópica para o detectado problema do afastamento do homem em relação ao divino. Ele faz aqui um paralelo com o liberalismo. Na sua visão, entendeu-se que este sistema era um mal à sociedade, mas muitos consideraram apenas os aspectos econômicos e formais em seu diagnóstico e conduziram-no a algo pior, como as ditaduras fascistas. Em seus próprios termos:

Pretendendo corrigir o mal, a ineficácia radical dos remédios conduziu-nos a males ainda maiores. Precisava-se de uma reforma de mentalidades; e a reforma das leis, mostrando-se vã, tornou ainda mais patente a ação perigosíssima dos remédios errados sobre doentes ameaçados de morte. O liberalismo era um mal: o totalitarismo é uma catástrofe. (OLIVEIRA, 2012, p. 49)

O exposto acima não esgota toda a temática trabalhada na obra. Todavia, é suficiente para fazer emergir um conjunto coeso de indicações sobre a visão de mundo pliniana. Ressaltemos alguns desses pontos a fim de sistematizá-la.

Como se chama a atenção em diversos momentos, o elitismo é traço fundamental de sua cosmovisão. Embora em alguns momentos Oliveira busque dissociá-lo da situação de classe do indivíduo, é patente que este elemento está contido em todas as definições do que seriam os “elementos de escol dentro da Santa Igreja” (OLIVEIRA, 2012, p. 82). Para ele, os bem formados e instruídos sairiam naturalmente dos elementos “culturalmente superiores” da sociedade, intimamente identificados com as parcelas dirigentes. Mais do que isso, os compromissos que seriam chamados a assumir pressupõem um grau de dedicação incompatível com o tempo livre de que poderia dispor qualquer sujeito da classe trabalhadora.

Pensamento de matriz explícita e confessamente sobrenatural, indica que o lugar de nascimento de cada indivíduo seria predeterminado por forças místicas. Por via de consequência, se apenas os nascidos em certos segmentos da sociedade seriam aptos a galgar a cumeeira da pirâmide social católica, fica subentendido que o lugar de cada um comporta uma predeterminação divina. Ou seja, a ordem natural das coisas seria pré-orquestrada pela figura divina em um movimento ocorrido fora da história.

Resta indicar até que ponto os conceitos expostos em *Em defesa da Ação Católica* estavam afinados com as determinações pontificias da época.

Aprovação pontifícia e evolução de seu pensamento

Tal trabalho fica facilitado pelo próprio acolhimento que a obra teve nos meios católicos. Argumento definitivo poderia ser a carta enviada pela Secretaria de Estado do Vaticano em 1949, aprovando e recomendando o livro²⁷. O missivista esclarece que tal é feito em nome do papa Pio XII, que teria lido e aprovado o seu conteúdo. Tratado como especialista no assunto, Oliveira é elogiado em termos incisivos.

A questão é fechada pelo mesmo Pio XII quando, em 1951, discursa aos dirigentes da AC. Nessa fala, diversos pontos levantados por Oliveira são reforçados, como a subordinação do laicato ao clero, a importância da autoridade e a necessidade de seleção dos seus membros. Mais do que isso, o papa ataca diretamente aqueles que enxergavam na AC uma mudança nas orientações milenares da Igreja, dizendo ser “errôneo ver na Ação Católica – como foi recentemente afirmado por alguns – algo de essencialmente novo, uma mudança na estrutura da Igreja, um apostolado novo dos leigos paralelo ao do sacerdote e não subordinado a ele” (PIO XII, 1961, p. 39).

Emergem daí duas considerações importantes. A primeira: como dito antes, o início do itinerário pliniano está intimamente ligado a uma posição subordinada à Igreja Católica. Sendo assim, quando uma ruptura começar a se operar nas décadas seguintes, este autor buscará incansavelmente demonstrar que a mudança ocorreu não nele, mas na própria hierarquia da Igreja. Isso, entretanto, dará ensejo a outra questão: como sempre proclamou (pelo menos para o grande público) o caráter místico e infalível da Igreja, será necessária uma série de manobras tentando demonstrar o desacerto dela consigo mesma. Ainda neste ponto é interessante pontuar um traço significativo do itinerário pliniano. É forçoso admitir que, como ele mesmo aponta, a coerência foi traço fundamental de sua obra. Assim sendo, é possível reconhecer neste primeiro texto elementos que estarão presentes em seu último livro publicado em vida, sugestivamente intitulado *Nobreza* (cf. OLIVEIRA, 1993). A ideia de uma sociedade dividida pela própria condição de nascimento dos sujeitos será cada vez mais explícita no caminhar do autor.

Pondo de lado quaisquer tentativas de conciliação com o senso comum, neste último livro Oliveira cunha a expressão “opção preferencial pelos nobres” (OLIVEIRA, 1993, p. 7)²⁸, deixando claro que era nestes que

²⁷ O texto completo da carta passou a constar nas edições seguintes do livro. Fato interessante é que ela é assinada pelo substituto em exercício no cargo, monsenhor J. B. Montini, futuro papa Paulo VI. Como dito antes, será com este papa – que assinou, ainda que circunstancialmente, o seu maior troféu – que Oliveira terá a sua mais profunda ruptura.

²⁸ A expressão em questão é um chiste para com a “opção preferencial pelos pobres” defendida pelo episcopado latino-americano e vista com bons olhos pelo papa João Paulo II.

depositava suas esperanças no futuro da Igreja Católica e na possibilidade de restauração do mundo e instauração do “Reino de Maria”.

Voltemos, porém, ao quadrante histórico da década de 1940.

O “Grupo Catolicismo”

Como afirma Gizele Zanotto, “*Em defesa da Ação Católica* efetivou o rompimento dos conservadores com este movimento [a AC]”. Além disso, a despeito da posterior sanção papal, a repercussão da obra foi negativa entre a maioria dos católicos e Oliveira e seus colaboradores de *O Legionário* começaram a ser contestados dentro da própria Arquidiocese de São Paulo (ZANOTTO, 2003, p. 25). Em 1946, D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta tomou posse como arcebispo metropolitano de São Paulo adotando posturas menos próximas ao ultramontanismo. Nesse processo, as tiragens do referido jornal foram progressivamente diminuídas e, em 1947, Oliveira e seu grupo foram afastados de todos os seus cargos na Diocese. Entre esses colaboradores estavam padre Geraldo Sigaud e monsenhor Castro Mayer (SANTOS JR., 2008, p. 27). O grupo buscou, no entanto, manter a sua coesão, passando, desde 1945, a “reunir-se diariamente dedicando-se a estudos doutrinários, orações, crescimento da devoção mariana e análise da situação da Igreja” (ZANOTTO, 2003, p. 25).

Esse aparente ostracismo foi vencido em relativamente pouco tempo. A visão positiva do Vaticano sobre *Em defesa da Ação Católica* contribuiu para que o grupo fosse novamente guindado a elevadas posições dentro da hierarquia católica (para os sacerdotes)²⁹ ou do laicato influente. Em 1951, D. Mayer – então bispo da Diocese de Campos, no Rio de Janeiro – confiou a Oliveira a direção do recém-criado mensário da Diocese, *Catolicismo*. Era *O Legionário* que estava de volta.

Esse novo jornal tinha, aliás, uma constituição bastante peculiar. Embora editado como publicação oficial da Diocese de Campos – com sede na cidade de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro –, todo o seu processo editorial era realizado na cidade de São Paulo. Com a fundação da TFP, em 1960, a difusão do periódico ficará quase inteiramente a cargo dos militantes da organização. Além disso, após a saída de Castro Mayer da

²⁹ “D. Geraldo de Proença Sigaud (1909-99) foi ordenado sacerdote em 1932. Em 1947 foi sagrado bispo diocesano de Jacarezinho/PR (1947-61) e mais tarde Arcebispo Metropolitano de Diamantina/MG (1961-80). D. Geraldo, que iniciou seu convívio com Plínio na década de 30, se desligou oficialmente da TFP em 2 de outubro de 1970. D. Antônio de Castro Mayer (1904-91) foi ordenado sacerdote em 1927. No Brasil, foi assistente-geral da Ação Católica paulista (1940) e vigário-geral da Arquidiocese de São Paulo (1942-43). Foi sagrado bispo coadjutor de Campos/RJ, com direito de sucessão, em 1948. Suas relações com Plínio e a TFP foram rompidas em 1982, tendo sido tornada pública somente em 1984.” (ZANOTTO, 2003, p. 27, nota)

Diocese e a posterior ruptura entre ele a TFP, o jornal será inteiramente assumido por esta.

Na prática, o vínculo do jornal com a Diocese era importante para reafirmar o reconhecimento da hierarquia católica das ideias por ele defendidas. Será ele o embrião da TFP: nele – em uma edição especial por conta de seu centésimo número – Plínio Corrêa de Oliveira publicou, em abril de 1959, a sua “obra máxima” e verdadeiro manifesto de fundação da TFP: *Revolução e contrarrevolução*.

Em 26 de julho do ano seguinte seria fundada, na cidade de São Paulo – com declarado apoio de D. Castro Mayer e D. Geraldo Sigaud – a TFP por um grupo de homens católicos que compactuavam integralmente com os ideais expostos em *Revolução e contrarrevolução* e reconheciam em Plínio Corrêa de Oliveira um líder e um sábio acima de todos eles (ZANOTTO, 2003, p. 28).

Era a contrarrevolução em ação.

Referências bibliográficas

ALTOÉ, André Pizetta. *Tradição, Família e Propriedade (TFP): uma instituição em movimento*. 2006. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal Fluminense, Niterói.

ARRAES, Virgílio Caixeta. De Pio XII a Paulo VI: do conservadorismo à incerteza da renovação durante a guerra fria. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, Senado Federal, n. 165, Ano 42, pp. 77-98, jan./mar. 2005. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/26038-26040-1-PB.pdf>>, acessado em 21 fev. 2013.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BENTO XVI. *Discurso do papa Bento XVI por ocasião do 140º aniversário de fundação da Ação Católica Italiana*. 4 maio 2008. Disponível em: <<http://www.vatican.va>

[/holy_father/benedict_xvi/speeches/2008/may/documents/hf_benxvi_spe_20080504_azione-cattolica_po.html](http://holy_father/benedict_xvi/speeches/2008/may/documents/hf_benxvi_spe_20080504_azione-cattolica_po.html)>, acessado em 7 jun. 2012.

BÍBLIA SAGRADA. Trad. Ludovico Garmus. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2010.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1891)*. Disponível em

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>, acessado em 4 jun. 2012.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. *O influxo ultramontano no Brasil e o pensamento de Plínio Corrêa de Oliveira*. 2005. Dissertação (Mestrado) apresentada à Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

CARMO, José Henrique do. *A questão da legitimidade da propriedade privada em Santo Tomás de Aquino e Plínio Corrêa de Oliveira*. 2005. Dissertação (Mestrado) apresentada à Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

- CASTRO, Marcelo Lúcio Ottoni de. *Política e imaginação: um estudo sobre a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP)*. 1991. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, Brasília.
- CAUVILLA, Waldir. *O pensamento político de Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde) na década de 30*. 1992. Dissertação (Mestrado) apresentada à PUC-SP, São Paulo.
- CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio*. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1978.
- _____. *A miséria brasileira – 1964-1994: do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.
- _____. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- COMBLIN, José. *Jesus Cristo e sua missão – Breve curso de teologia t. I*. São Paulo: Paulinas, 1983.
- _____. *O Espírito Santo e sua missão – Breve curso de teologia t. II*. São Paulo: Paulinas, 1984.
- _____. *A Igreja e sua missão no mundo – Breve curso de teologia t. III*. São Paulo: Paulinas, 1985.
- _____. *A sabedoria cristã – Breve curso de teologia t. IV. 2. ed.* São Paulo: Paulinas, 1986.
- COMUNIDADE ANUNCIA-ME. *Bento XVI celebra 140 anos da Ação Católica*. 6 maio 2008. Disponível em <<http://www.anunciame.com.br/portal/bento-xvi-celebra-140-anos-da-acao-catolica/>>, acessado em 7 jun. 2012.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.
- COSTA, Gilmaísa Macedo. Lukács e a ideologia como categoria ontológica da vida social. *Revista Urutágua*, Maringá, UEM, n. 9, abr./jul. 2006, p. 5. Disponível em <<http://www.urutagua.uem.br/009/09costa.htm>>, acessado em 29 nov. 2012.
- COSTA, Mônica Hallak Martins da. *As categorias Lebensäusserung, Entäusserung, Entfremdung e Veräusserung nos Manuscritos econômico-filosóficos de Karl Marx de 1844*. 1999. Dissertação (Mestrado) apresentada à UFMG, Belo Horizonte.
- CPDOC. *Alceu Amoroso Lima*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/alceu_amoroso_lima>, acessado em 1 mar. 2013.
- DIONEI, Carlos. *O homossexualismo não pode ser natural*. Disponível em: <http://www.gostodeler.com.br/materia/15496/o_homossexualismo_nao_pode_ser_natural.html>, acessado em 9 ago. 2012.
- EL MATINER, Carlí. *Francisco Elías de Tejada; el carlismo de estricta observancia*. Disponível em <<http://elmatinercarli.blogspot.com.br/2010/05/francisco-elias-de-tejada-el-carlismo.html>>, acessado em 3 ago. 2012.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Trad. Ciro Mioranza. São Paulo: Escala, s/d.

- EUGÊNIO, Mario. *Deus age de maneira misteriosa*. Disponível em: <<http://www.adcaminho.com.br/?p=111>>, acessado em 17 ago. 2012.
- FERNANDES, Adriano Valério. *A TFP e a contrarrevolução: uma ótica marxista do golpe civil-militar de 1964*. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) apresentado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- FOLENA, Giulio. *Escravos do profeta: fanatismo, sexo, violência e luta pelo poder na TFP, a mais secreta organização religiosa e paramilitar do País*. São Paulo: EMW Editores, 1987.
- FORESTI, Luiz Felipe Loureiro. *O arauto da contrarrevolução: o pensamento conservador de Plínio Corrêa de Oliveira (1968-1976)*. 2013. Dissertação (Mestrado) apresentada à PUC-SP, São Paulo.
- FRANCO JR., Hilário. *A Idade Média, nascimento do Ocidente*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GOLDMANN, Lucien. *Dialética e cultura*. Trad. Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- GUERREAU, Alain. "Feudalismo". Trad. Eliana Magnani. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente medieval* v. I. Bauru: Edusc, 2006.
- KORNIS, Monica. Ação Católica. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Cpdoc-FGV. Disponível em <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>, acessado em 6 jun. 2012.
- LAGE, Ana Cristina P. "Padroado". In: *Glossário* (Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" Faculdade de Educação – Unicamp). Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_padroado1.htm>, acessado em 4 jun. 2012.
- LENIN, Vladimir Ilich. "A sociedade de classes e o estado". In: FERNANDES, Florestan (Org.). *Lênin: política*. Trad. Carlos Rizzi. São Paulo: Ática, 1978.
- LIMA, Lizanias de Souza. *Plínio Corrêa de Oliveira: um cruzado do século XX*. 1984. Dissertação (Mestrado) apresentada à Universidade de São Paulo, São Paulo.
- LUKÁCS, Georg. *Existencialismo ou marxismo*. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1979.
- _____. *Introdução a uma estética marxista*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____; KOFLER, Leo; ABENDROTH, Wolfgang; HOLZ, Hans Heinz. *Conversando com Lukács*. Trad. Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- _____. "As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem". In: *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- _____. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

- _____. *Para uma ontologia do ser social* v. I. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípio para uma ontologia hoje tornada possível*. Trad. Lya Luft, Rodnei Nascimento e Ester Vaisman (supervisão). São Paulo: Boitempo, 2010.
- MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. Trad. Heloisa Braz de Oliveira Prieto. 1ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MANOEL, Ivan Aparecido. *A Ação Católica Brasileira: notas para estudo*. *Acta Scientiarum*, Maringá, Universidade Estadual de Maringá, n. 21, 1999.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Trad. Rubens Enderle *et al.* São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 1998.
- _____. *O capital: crítica da economia política* l. I: o processo de produção do capital v. I. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MATTEI, Roberto de. *O cruzado do século XX: Plínio Corrêa de Oliveira*. Trad. Leo Daniele. Porto: Livraria Civilização, 2007.
- MAYER, Antonio de Castro; SIGAUD, Geraldo Proença de; OLIVEIRA, Plínio Corrêa de; FREITAS, Luiz Mendonça de. *Reforma agrária – Questão de consciência*. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1960.
- MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa de *et al.* Luz, escuridão e penumbra: o governo Vargas e a Igreja Católica. *Dimensões: Revista de História da UFES* v. 26. 2011. Disponível em <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2594/2090>>, acessado em 4 jun. 2012.
- MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. *Filosofia, ideologia e ciência social*. Trad. Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. *A obra de Sartre: busca da liberdade e desafio da história*. Trad. Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MORENO, Tânia Maria. O sagrado e o profano: o cemitério na cidade de São Paulo. *Revista Cordis: Cidades e Linguagens*, n. 1, jul./dez. 2008. Disponível em <http://www.pucsp.br/revistacordis/downloads/numero1/artigos/13_sagrado_profano.pdf>, acessado em 4 jun. 2012.
- OLIVEIRA, Tiago de Paula. *A evolução da contrarrevolução: o discurso da TFP até os Arautos*. São Paulo: Factash. 2007.
- OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. *Nobreza e elites análogas nas alocações de Pio XII ao Patriciado e à Nobreza romana*. Porto: Livraria Editora Civilização, 1993.
- _____. *Revolução e contrarrevolução* [1959]. 4. ed. São Paulo: Artpress, 1998.

- _____. *Em defesa da Ação Católica* [1943]. Disponível em <http://www.pliniocorreadeoliveira.info/EmDefesadaA%C3%A7%C3%A3oCat%C3%B3lica_R_04_2011.pdf>, acessado em 19 mar. 2013.
- PEDRIALI, José Antônio. *Guerreiros da Virgem: a vida secreta na TFP*. São Paulo: EMW Editores, 1985.
- PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. *Dom Hélder Câmara: o profeta da paz*. São Paulo: Contexto, 2008.
- PINOCHET, Augusto. *Discurso de Augusto Pinochet a un mes de la constitución de la junta de gobierno*. Disponível em: <http://es.wikisource.org/wiki/Discurso_de_Augusto_Pinochet_a_un_mes_de_la_constituci%C3%B3n_de_la_junta_de_gobierno>, acessado em 8 ago. 2012.
- PIO XI. *Ubi arcano Dei consilio*. 1922. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19221223_ubi-arcano-dei-consilio_en.html>, acessado em 6 jun. 2012.
- PIO XII. “Discurso aos dirigentes de Ação Católica, 3 de maio de 1951”. In: PIO XII; CHINIGO, Michel (Org.). *Pio XII e os problemas do mundo moderno*. Trad. adap. Pe. José Marins. 2. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1961.
- PONDÉ, Luiz Felipe. *Guia politicamente incorreto da filosofia*. São Paulo: Leya, 2012.
- PUC – SP. *Uma história da PUC-SP*. Divisão de Comunicação Institucional. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/universidade/historia>>, acessado em 1 mar. 2013.
- RETAMAR, Roberto Fernández. América, descobrimento, diálogos. *Nossa América*, São Paulo, Memorial da América Latina/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, n. 2, maio/jun. 1989.
- SANTOS JR., João Geraldo dos. *Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP): um movimento ultramontano na Igreja Católica do Brasil?* 2008. Dissertação (Mestrado) apresentado à PUC-SP, São Paulo.
- SILVA, Maria Aparecida Gomes da. O artífice do Renascimento: na incipiente “Urbs” burguesa, exaltou o refinado e inquieto espírito dos humanistas. *Verinotio - Revista On-line de Educação e Ciências Humanas*, n. 8, ano IV, p. 3, maio 2008. Disponível em <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.37982869556158.pdf>>, acessado em 31 jul. 2012.
- TFP. A política de distensão do Vaticano com os governos comunistas – Para a TFP: omitir-se? Ou resistir? *Folha de S. Paulo*, 10 abr. 1974.
- _____. Um homem, uma obra, uma gesta: homenagem das TFPs a Plínio Corrêa de Oliveira. São Paulo: Edições Brasil de Amanhã, 1988.
- VAISMAN, Ester. A ideologia e sua determinação ontológica. *Revista Ensaio*, São Paulo, Ensaio, n. 17/18, pp. 399-444, 1989.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- ZANOTTO, Gizele. *É o caos!!! A luta anti-agro-reformista de Plínio Corrêa de Oliveira*. 2003. Dissertação (Mestrado) apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. Apologia da barbárie: a compreensão da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) sobre a neomissologia católica. *Histórica: Revista Eletrônica do Arquivo do Estado*, São Paulo, n. 7, 2005. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao07/materia02>>, acessado em 17 set. 2010.

_____. *Tradição, Família e Propriedade (TFP): as idiossincrasias de um movimento católico (1960-1995)*. 2007. Tese (Doutorado) apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. Profetismo na Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP): um estudo de caso. *Revista Brasileira de História das Religiões*, ano I, n. 2. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf1/03%20Gizele%20Zanotto.pdf>>, acessado em 17 out. 2010.

_____. A TFP em foco na Academia. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. Anpuh, São Paulo, jul. 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312375830_ARQUIVO_2011-ANPUHATFPPEMFOCONAACADEMIA.pdf>, acessado em 29 nov. 2012.